

DOUTORAMENTO

Honoris Causa

DE D. CARLOS FILIPE
XIMENES BELO

FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO



DOUTORAMENTO

Honoris Causa

DE D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO



FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Título

DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DE D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO

Autor

Vários

Edição

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Via Panorâmica, s/n
4150-564 Porto - Portugal

MAIO DE 2001

Concepção Gráfica

ARCANJO RIBEIRO, SUCRA & FILHOS, LDA.

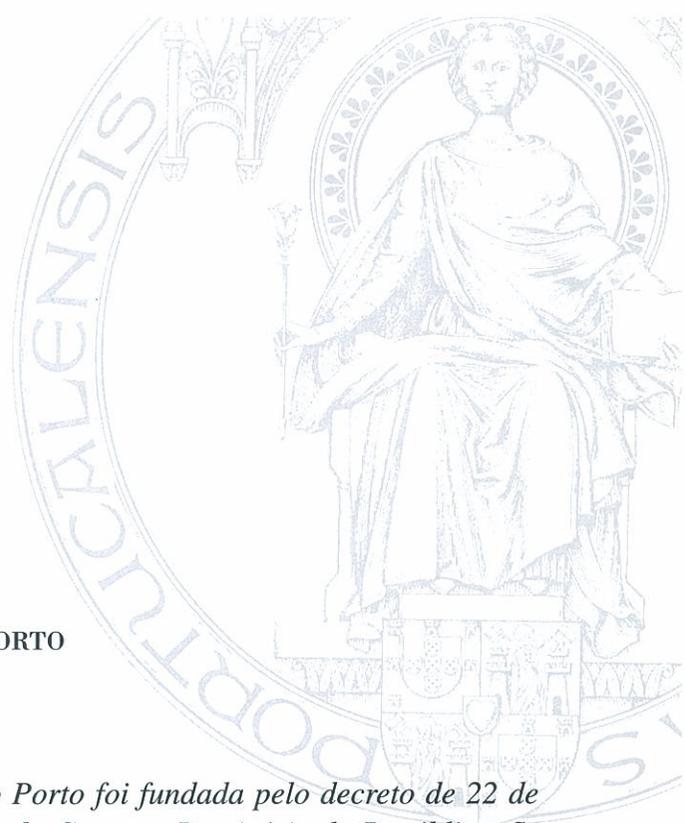
Tiragem

500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 169008/01

ISBN: 972-9350-53-1

ACTO DE DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DE D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO
NA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO EM 31 DE OUTUBRO DE 2000



A UNIVERSIDADE DO PORTO

A Universidade do Porto foi fundada pelo decreto de 22 de Março de 1911, emanado do Governo Provisório da República. Se bem que seja possível apontar como as suas antecessoras mais remotas a Aula de Náutica, estabelecida por D. José I em 1762, e a Aula de Debuxo e Desenho, criada por D. Maria I em 1779 – ambas resultado de solicitações dos comerciantes portuenses –, a Universidade vai basear-se fundamentalmente em instituições de ensino superior criadas no séc. XIX: a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica.

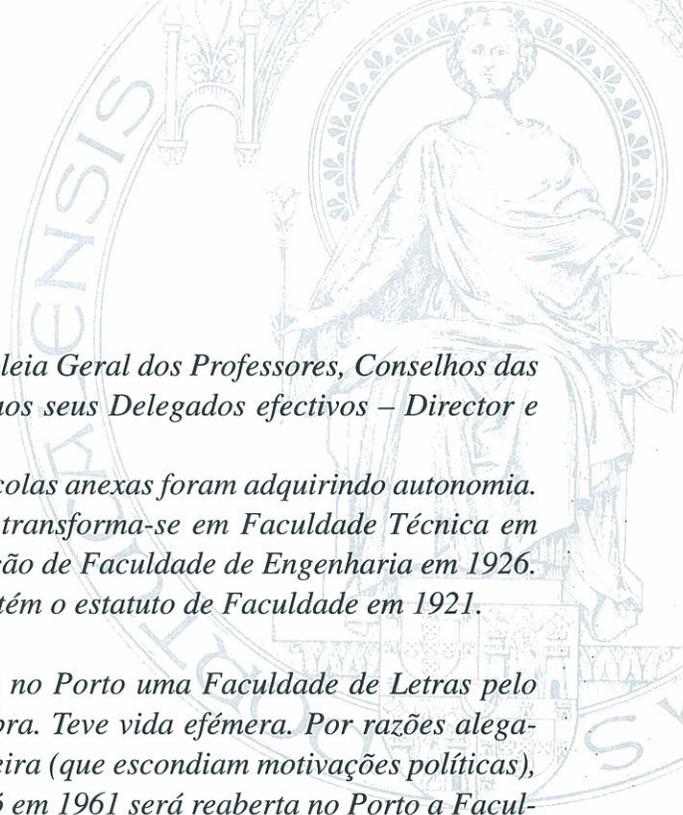
A Academia Politécnica tinha como fim principal o ensino das ciências industriais e formava engenheiros de todas as classes, além de outras especialidades profissionais como oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas e artistas. Herdeira da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto, criada em 1803 pelo Príncipe-Regente D. João (futuro D. João VI), surgiu em resultado da reforma de Passos Manuel, ministro do Reino no Governo saído da revolução de Setembro. No âmbito desta reforma, o nome da Academia Real é alterado para Academia Politécnica em 1837, sendo adoptadas as anteriores disposições estatutárias. Contudo, o governo económico e literário da Academia, até ali sob a inspecção da Junta da Administração da Companhia Geral da Agri-

cultura das Vinhas do Alto Douro, é transferido para o Conselho dos Lentes. Não obstante as grandes dificuldades financeiras por que passou, a Academia Politécnica do Porto conheceu uma época de apogeu científico, com cientistas eminentes como Gomes Teixeira e Ferreira da Silva.

A Escola Médico-Cirúrgica do Porto também é resultado da reforma de Passos Manuel: em 1836, sucede à Real Escola de Cirurgia, uma instituição criada em 1825 por D. João VI, e que funcionava em ligação com o Hospital da Misericórdia do Porto. Em 1837, é estabelecido um novo plano geral de estudos, que, além de alargar o número de cadeiras, as dividia em cadeiras médicas e cadeiras cirúrgicas. A Escola Médico-Cirúrgica tinha o seu assento no Hospital de Santo António, anexando uma Escola de Farmácia que compreendia cursos técnicos e cursos práticos; conheceu também mestres de grande nomeada, como Roberto Frias, Aires de Gouveia, Eduardo Pimenta, etc.

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, provocou importantes modificações no campo do ensino, nomeadamente a criação de duas universidades, a de Lisboa e a do Porto. Pelo decreto de 19 de Abril de 1911, a Universidade do Porto ficou assim constituída: uma Faculdade de Ciências Matemáticas, Físico-Químicas e Histórico-Naturais, uma Faculdade de Medicina com uma Escola de Farmácia anexa e ainda uma Faculdade de Comércio. Esta última porém, nunca chegou a concretizar-se. A Faculdade de Ciências anexava uma Escola de Engenharia.

A Universidade do Porto foi inaugurada a 16 de Julho de 1911 e, nesse mesmo dia, foi eleito o primeiro Reitor, o matemático Gomes Teixeira. A partir de agora é confiado à Universidade o seu próprio governo económico e científico. Também a autonomia do ensino é reconhecida. O governo da Universidade pertence aos corpos Aca-

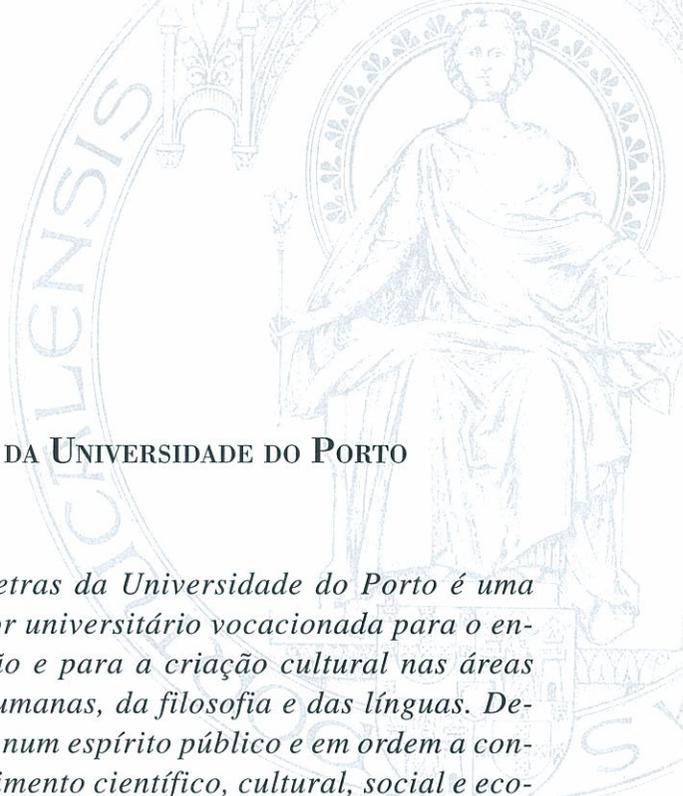


démicos: Senado, Assembleia Geral dos Professores, Conselhos das Faculdades e Escolas e aos seus Delegados efectivos – Director e Reitor.

Com o tempo, as escolas anexas foram adquirindo autonomia. A Escola de Engenharia transforma-se em Faculdade Técnica em 1915 e assume a designação de Faculdade de Engenharia em 1926. A Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade em 1921.

Em 1919 foi criada no Porto uma Faculdade de Letras pelo Ministro Leonardo Coimbra. Teve vida efémera. Por razões alegadamente de ordem financeira (que escondiam motivações políticas), foi suprimida em 1928. Só em 1961 será reaberta no Porto a Faculdade de Letras. Entretanto, em 1953, surgira uma Faculdade de Economia, tendo como objectivo o ensino e a cultura das ciências económicas.

A Universidade do Porto conheceu uma grande expansão com a revolução de Abril de 1974. Às seis faculdades existentes juntaram-se como criação de raiz ou escolas integradas, as seguintes: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (1975), Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física (1975), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (1977), Faculdade de Arquitectura (1979), Faculdade de Medicina Dentária (1989), Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação (1992), Faculdade de Belas Artes (1992) e Faculdade de Direito (1994). Hoje, a Universidade do Porto conta com catorze faculdades e uma escola pós-graduação, a Escola de Gestão do Porto (2000).

The seal of the University of Porto is a circular emblem. It features a central figure, likely a personification of Wisdom or Truth, seated on a throne. The figure is surrounded by a decorative border containing the Latin text 'UNIVERSITAS PORTUCALENSIS'. The seal is rendered in a light, faded blue color.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto é uma escola de ensino superior universitário vocacionada para o ensino, para a investigação e para a criação cultural nas áreas das ciências sociais e humanas, da filosofia e das línguas. Desenvolve esta actividade num espírito público e em ordem a contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, social e económico de Portugal, das comunidades de raiz portuguesa disseminadas pelo mundo, dos países de língua oficial portuguesa e da Europa

Criada pelo artigo 11º da Lei nº 861, de 27 de Agosto de 1919, pelo Ministro Leonardo de Coimbra, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto formou 167 licenciados nos cursos de Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia até ao seu encerramento pelo Decreto nº15.365, de 12 de Abril de 1928.

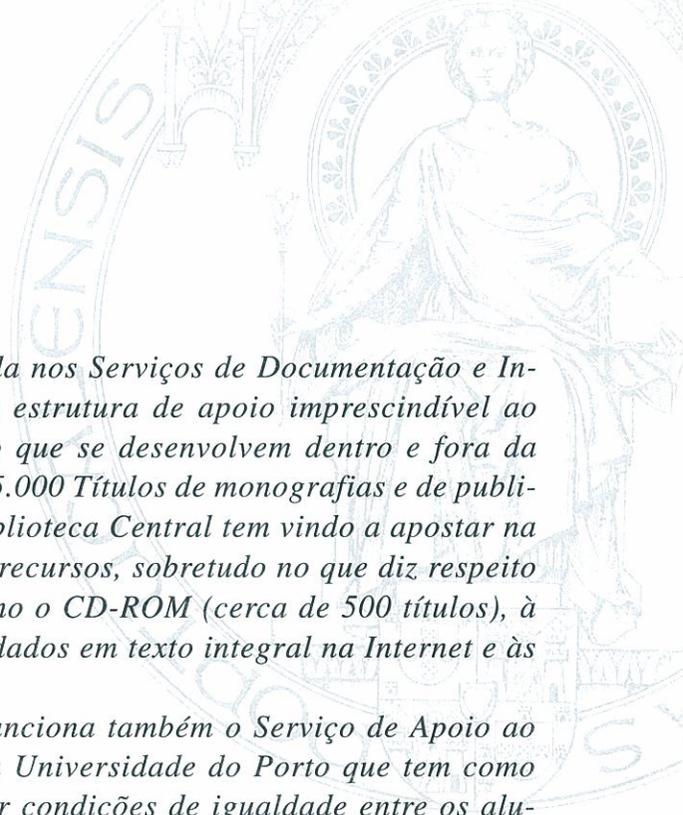
Por esta escola passaram notáveis professores e estudantes que se distinguiram nos domínios do saber, da cultura e da vida cívica. Entre eles, o filósofo Leonardo de Coimbra, seu primeiro director e personalidades da estatura de Newton de Macedo, Damião Peres, Aarão de Lacerda, Francisco Torrinha, Hernâni Cidade, Teixeira Rêgo, Luís Cardim, Delfim Santos, Salgado Júnior, Torquato Soares, Agostinho da Silva, entre outros.

Reaberta em 1961 pelo Decreto nº 43.864, de 17 de Agosto, inicia as suas aulas no ano Lectivo de 1962/63, com duas licenciaturas - História e Filosofia e o curso de Ciências Peda-

gógicas (curso este de efémera duração) - , a que se juntaram depois, por exigência da Universidade e da Comunidade, Filologia Românica (1968), Filologia Germânica (1972), Geografia (1972), Sociologia (1985) e Estudos Europeus (1996). Em 1977, as Filologias darão lugar ao curso de Línguas e Literaturas Modernas, com diversas variantes, ao passo que, em 1980 são criadas, na licenciatura de História, as variantes de Arqueologia e de História da Arte, transformadas em licenciaturas autónomas desde 1999. O ensino pós-graduado inicia-se a partir de 1986, tendo até à presente data sido abertos 17 cursos de mestrado em todos os domínios científicos abarcados pelas unidades orgânicas da Faculdade. A alteração dos Estatutos da FLUP, publicada no Diário da República, II série, nº 103, de 4 de Maio de 2000, consagrou a organização departamental da Faculdade, tendo sido criados os Departamentos de Ciências e Técnicas do Património, de Estudos Anglo-Americanos, de Estudos Germanísticos, de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, de Filosofia, de Geografia e de História e ainda as Secções Autónomas de Sociologia e de Educação.

Com cerca de 4750 alunos, 276 professores (112 doutorados) e mais de 100 funcionários, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto desenvolve uma intensa actividade de ensino e investigação, sendo esta última traduzida não só no permanente labor dos seus Departamentos, Centros e Unidades de Investigação, mas também na qualificação dos seus docentes. Antigos alunos da escola predominam no seu actual quadro docente, ocupando ainda lugares de destaque em ramos diversos da vida pública e activa. A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, forte estrutura associativa, tem constituído um permanente elemento dinamizador das actividades académicas.

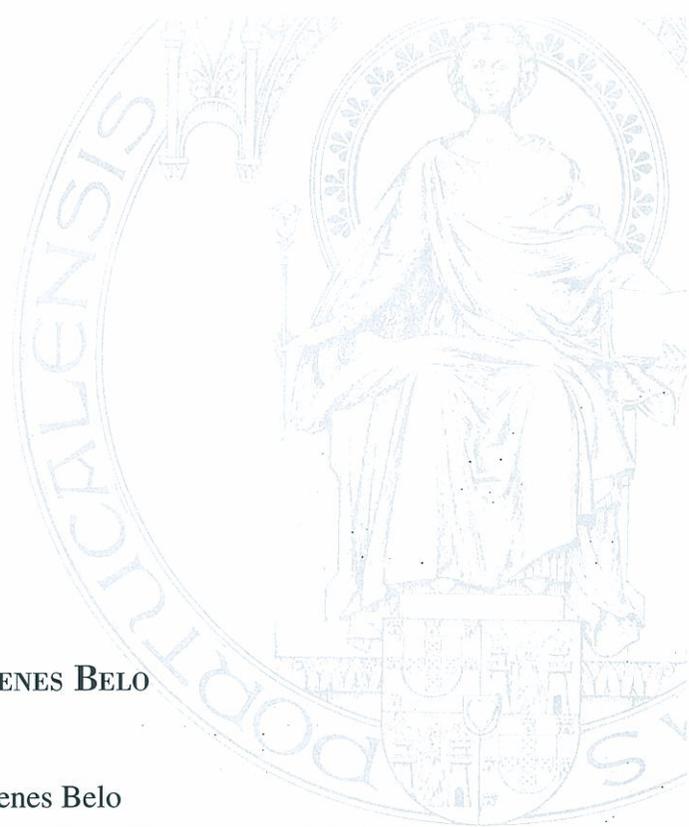
A Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universi-



dade do Porto, integrada nos Serviços de Documentação e Informação, é, hoje, uma estrutura de apoio imprescindível ao ensino e à investigação que se desenvolvem dentro e fora da escola. Com mais de 255.000 Títulos de monografias e de publicações periódicas, a Biblioteca Central tem vindo a apostar na diversificação dos seus recursos, sobretudo no que diz respeito aos novos suportes, como o CD-ROM (cerca de 500 títulos), à assinatura de bases de dados em texto integral na Internet e às novas tecnologias.

No seu âmbito funciona também o Serviço de Apoio ao Estudante Deficiente da Universidade do Porto que tem como objectivo principal criar condições de igualdade entre os alunos portadores de deficiência e normais, com incidência especial nos estudantes deficientes visuais, pelo que se tem dedicado à recolha, produção e tratamento de documentos especiais que organiza e divulga, tendo vindo substancialmente a crescer o número de títulos que fazem parte da Biblioteca Braille, da Biblioteca Sonora e da Biblioteca Digital.

A Faculdade possui as revistas de História, Filosofia, Línguas e Literaturas Modernas, Geografia e Sociologia. Existem ainda as revistas Portugália, Intercâmbio, Via Spiritus e Terceira Margem. Fazem parte das tarefas efectivas da Faculdade a publicação dos trabalhos de investigação dos seus docentes, a realização de encontros científicos, cursos de doutoramento, mestrado, pós-graduação e cursos para estrangeiros, para além de intervenções de serviço à comunidade e de contactos regulares com instituições congéneres nacionais, comunitárias, dos PALOP e de outros países.



CURRICULUM VITAE
D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO

Nome: Carlos Filipe Ximenes Belo

Data e lugar de nascimento: 3 de Fevereiro de 1948, Wailacama-Venasse, Baucau, Timor Oriental

Filiação: Domingos Vaz Filipe e Ermelinda Baptista Filipe

Educação: ABC até à 2.^a classe elementar, escola Masculina da Missão de Baucau – 1956-60; 3.^a e 4.^a classes elementares, Colégio de Ossu (1961-62); 1.^o até ao 6.^o ano dos Liceus, Seminário Nossa Senhora de Fátima – Díli – Timor (1963-68).

Formação Salesiana: Aspirantado em Mogofores (Anadia) 1969-70.
Postulantado na Escola Salesiana do Estoril 1971-72

Profissão Religiosa Salesiana: 21 de Setembro de 1973

Profissão Perpétua: 7 de Dezembro de 1978

Estudos Filosóficos: ISET – Lisboa 1973-74

Estágio Pedagógico: Fatumaca – Timor 1975 e Macau 1976

Estudos Teológicos: Universidade Católica Portuguesa – Lisboa 1977-79

Licenciatura: Universidade Pontifícia Salesiana – Roma 1979-81

Ordenação Sacerdotal: 26 de Julho de 1980

Docência: Fatumaca 1981-83

Mestre de Noviços: 1981

Directorado: Fatumaca, 21 de Março de 1983

Nomeação de Administrador Apostólico de Díli: 13 de Maio de 1983

Sagração Apiscopal: 19 de Junho de 1988

PUBLICAÇÕES

Demi Perdamaian da Keadilan, Jakarta, 1997

The Voice of the Voiceless, Jakarta, 1997

Paz, Edições Salesianas, Porto, 1998

Cartas Pastorais Anuais de 1993 a 2000

PREMIAÇÕES

Prémio Óscar Romero – Roma: 16 de Maio de 1996

Prémio John Humphrey: Montreal, Canadá 10 de Dezembro de 1995

Prémio Nobel da Paz: Oslo, 10 de Dezembro de 1996

Prémio Della Pace: Taranto, Itália, Março de 1997

Prémio Della Pace: Ostuni, Bari, Itália, 28 de Fevereiro de 1998

*Prémio Internazionale della Testimonianza: Vibo Valentia, Calábria,
2 de Maio de 1998*

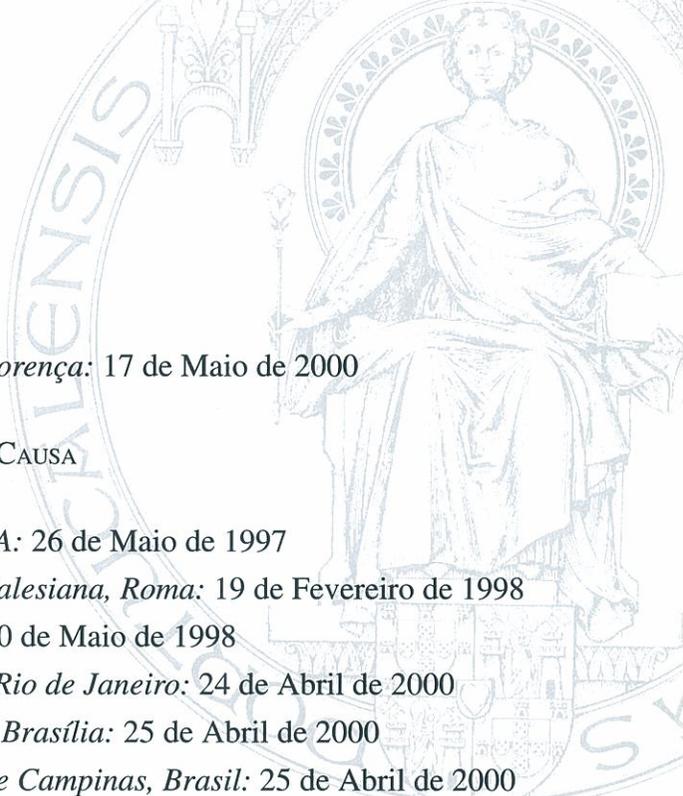
*Grã Cruz da Ordem da Liberdade da República Portuguesa: 6 de
Agosto de 1998*

Chave de Ouro da Cidade de Leiria: 22 de Maio de 1997

Chave de Ouro da Cidade de Lisboa: 8 de Maio de 2000

Medalha de Ouro de Alcoutim: 15 de Maio de 1997

Medalha de Ouro de Ovar: 5 de Maio de 2000



Cidadão Honorário de Florença: 17 de Maio de 2000

DOUTORAMENTOS HONORIS CAUSA

Universidade de Yale, USA: 26 de Maio de 1997

Universidade Pontifícia Salesiana, Roma: 19 de Fevereiro de 1998

Universidade de Évora: 20 de Maio de 1998

Universidade Federal de Rio de Janeiro: 24 de Abril de 2000

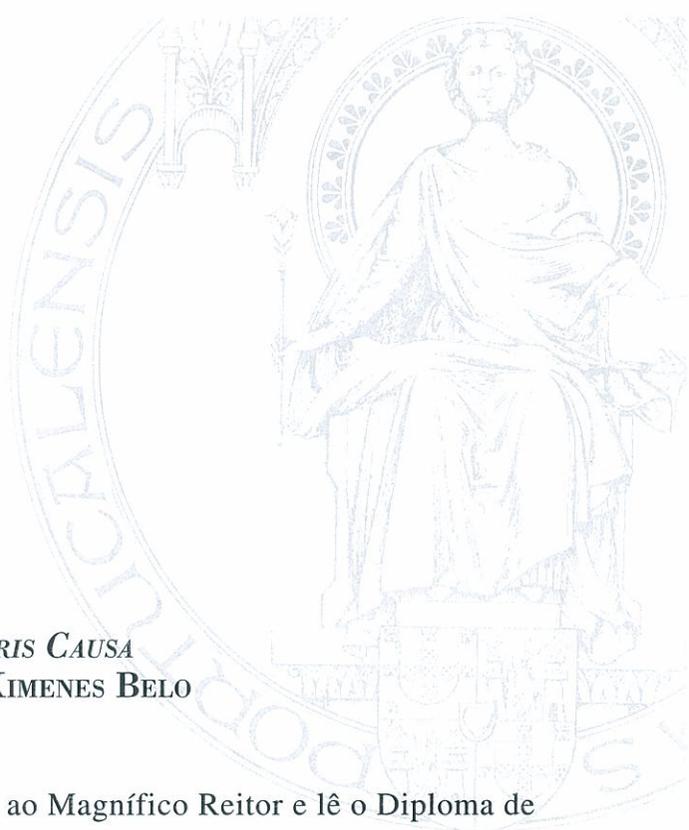
Universidade Católica de Brasília: 25 de Abril de 2000

Universidade Pontifícia de Campinas, Brasil: 25 de Abril de 2000

*Universidade Católica de Providence, Taichung, Formosa: 19 de
Maio de 2000*

DIPLOMAS

*Diploma de Professor Adjunto pela Universidade Moderna: 23 de
Maio de 1997*



**DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*
DE D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO**

O Secretário faz a vénia ao Magnífico Reitor e lê o Diploma de Doutoramento.

O Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos, a convite do Secretário, faz o elogio do Doutorando.

Seguidamente, o Secretário convida o Prof. Doutor António Custódio Gonçalves, a fazer o elogio do Padrinho, Sua Excelência Reverendíssima D. José Policarpo.

Terminados os elogios do Doutorando e do Padrinho, o Secretário pede autorização ao Magnífico Reitor e convida o Doutorando e o Padrinho a aproximarem-se da mesa.

O Doutorando, com o Secretário à esquerda e o Padrinho à direita, faz vénia ao Magnífico Reitor, que, levantando-se, lhe pergunta:

- «*QVID PETIS ?*»

O Doutorando responde:

- «*GRADVM DOCTORATVS IN PRAECLARA ARTIVM FACVLTAETE*»

O Magnífico Reitor pronuncia, então, as seguintes palavras:

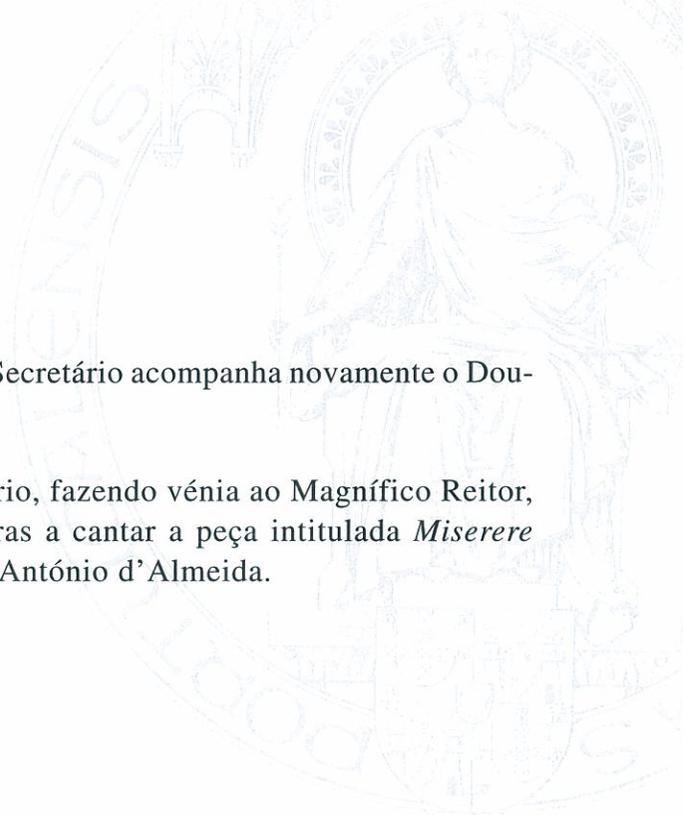
- «*EGO, IOSEPH ANGELVS MOTA NOVAIS BARBOSA, HVIVS ALMAE PORTVCALENSIS ACADEMIAE RECTOR, CREO TE DOCTOREM PRAECLARAE ARTIVM FACVLTATIS, IN NOMINE ET AVCTORITATE EIVSDEM ACADEMIAE ET COMMITTO EMINENTISSIMO PATRIARCHAE DOMINO IOSEPH POLICARPO, PATRONO TVO, VT TE INSIGNIIS DOCTORALIBVS DECORET*».

O novo Doutor, acompanhado do Padrinho e do Secretário, aos quais se junta o/a aluno(a) que transporta as insígnias, aproxima-se do Presidente do Conselho Directivo, que, saindo do seu lugar, vem junto do Doutor, explica o significado da Borla (insígnia do grau que confere o privilégio de Doutor), do Anel (colegialidade, irmandade com os restantes Doutores) e do Livro (sabedoria), coloca-lhe a medalha da Universidade, a borla e o anel, entrega o livro e abraça o novo Doutor, regressando o Padrinho ao seu lugar.

Seguidamente, o novo Doutor, acompanhado pelo Presidente do Conselho Directivo e pelo Secretário, dirige-se às doutorais e faz vénia de agradecimento aos Doutores das Faculdades. Terminada esta Saudação, o Presidente do Conselho Directivo regressa ao seu lugar e o Secretário conduz o Doutor à cadeira reservada nas doutorais.

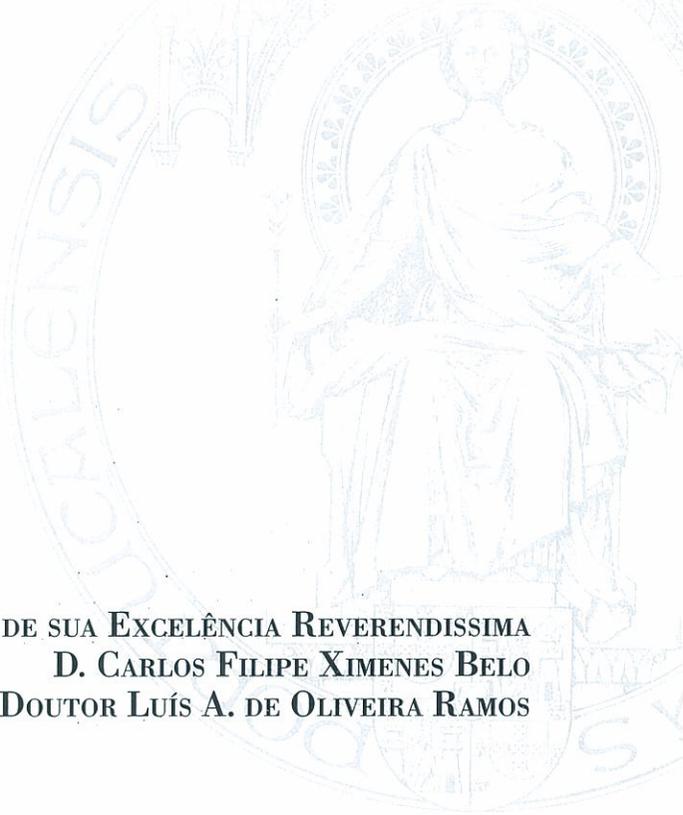
O Secretário convida o Grupo de Metais a executar *Branle de Bourgogne*, de H. Van Lijnschooteu.

Após a execução da peça musical, o Secretário acompanha o Doutor ao lugar onde vai pronunciar o discurso de agradecimento.



Concluído o discurso, o Secretário acompanha novamente o Doutor à sua cadeira.

Para finalizar, o Secretário, fazendo vénia ao Magnífico Reitor, convida o Coral de Letras a cantar a peça intitulada *Miserere Mei Deus*, de Francisco António d'Almeida.



**ELOGIO DE SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA
D. CARLOS FILIPE XIMENES BELO
PELO PROF. DOUTOR LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS**

O doutoramento Honoris Causa constitui acto soleníssimo da vida académica, alheio a divagações e lembranças.

O do senhor bispo de Timor, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, prémio Nobel da Paz, por maioria da razão: além de pastor de Dili, capital de uma nação a erguer institucionalmente, dela é filho e cofundador principal.

Porventura mais universais do que as distinções e os prémios recebidos, a despeito da visibilidade mediática destes e da sua ressonância na mente dos políticos condutores do mundo - duas questões tentarei versar.

Uma diz respeito ao valor do exercício do bispo entre os crentes, outra refere-se ao peso ético e também cívico de um cidadão a partir do sólio episcopal no contexto de uma sociedade, sem sombra de dúvida ameaçada, tornando-se exemplo para católicos à deriva e homens de boa vontade, num tempo dessacralizado.

Face às características de Timor Lorosae, o antístite impõe-se tanto pelo que diz e escreve, como sobretudo pela conjugação entre a palavra e o exemplo constitutivo do seu dia a dia.

Que era sacerdote com predicados para a dignidade episcopal, descobriu-o, a curto prazo, o saber vaticano do mundo e do espírito. Nomeado administrador apostólico em 1983, a 13 de Maio - data sinalética - alcançou a sagração episcopal em 19 de Junho de 1988, por mérito próprio. E merecia bem tal confiança, pois nas conturbações que, antes e depois dessa data, agi-

taram e martirizaram o seu povo, respeitou o passaporte que era obrigado a usar, desenvolveu os laços com Portugal, onde estudara e se fizera sacerdote salesiano (1980). Pouco a pouco, dera-se a conhecer às nações, sem inúteis protagonismos, mais procurado que desejoso de se evidenciar, tal a relevância da correlação entre as suas homilias sempre apropriadas e os seus actos de cidadão-pastor capaz de alimentar a identidade do povo onde nascera, mantendo-o fiel no seio da catolicidade, que com os portugueses chegara a essas partes.

Enquanto no altar, sabemos, proclama a fé que era sua e do seu rebanho, reservado, defende os seus de cruel dominador. E de tal sorte labuta que os novos senhores não o podem ferir, nem tão pouco contornar. A respeito da sorte de Timor, os descrentes do porvir foram complidos a fixar-lhe o nome e o prestígio crescente de quem arrasta toda uma comunidade ou porque lhe tomam respeito ou porque não podem ignorar o grau da sua influência.

A própria Santa Sé, e o Sumo Pontífice, a quem se confessa, descubrem nele um prelado digno e em particular o pastor eficaz e omnipresente, merecedor de valoração no cimo da escala maior.

Assim, na teoria dos padres ensinados em Portugal para o apostolado noutras paragens, surge um cometa, ou melhor uma estrela episcopal que crescentemente se admira. Este antigo professor, mestre de noviços e responsável pelo directorado em Fatumaca, antigo aluno da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade Pontifícia Salesiana em Roma, mostra-se, de facto, capaz de ombrear com outros, esses filhos de Portugal, entre os quais distingo, o bispo setecentista do Pará, depois arcebispo primaz, D. Fr. Caetano Brandão, "o mais ilustre" e talvez o mais esquecido dos nossos evangelizadores.

Mas o Pe. Belo logrou somar a uma impressionante passagem

por horizontes diferentes, em Portugal e na sede da Igreja, a vantagem de ter nascido em família católica exemplar, de ter estudado, de ter cumprido o ensino e o sacerdócio na sua terra, onde explendia a mesma Luz do Senhor, sob dominação estranha. Deste modo, deu corpo às suas funções e veio a exercer entre todos, desde os mais humildes aos mais influentes e difíceis, um magistério sem igual, tanto mais que nas suas preocupações os jovens figuram em lugar de eleição, como queria S. João Bosco.

Um dia, próximo do Natal de 1996, o vaticano viu-o Prémio Nobel da Paz, com o Doutor José Ramos Horta, expositor, no fórum internacional, da especificidade e direitos imprescritíveis dos timorenses, sujeitos ao grilhão de um vizinho gigante, em ilhas parcelado.

Na cerimónia de recepção do Nobel, como em diversos textos, D. Carlos evidenciou aos burocratas do sagrado de todas as fidelidades, aos herdeiros do Santo Ofício, aos discípulos de João XXIII e ao crente itinerante chamado João Paulo II, o que vale a Fé, a Esperança, o respeito pelos outros, o valor da justiça, as excelências do diálogo na constituição do humano, que não é apenas indivíduo mas pessoa no aprisco do Senhor.

E na vida o cidadão não se esconde sob as vestes do prelado, antes o prelado vai tão longe e tão depressa quanto a dor do seu povo, quanto lhe diz o conhecimento da relevância dos meios de comunicação social no apoio e dinamização da causa da liberdade de Timor, do direito dos timorenses disporem do seu destino, conforme a vontade de Deus, cuja palavra difunde e está inscrita na Carta Universal dos Direitos do Homem onusina.

Em minha vida de universitário, privando com gente de saber e de Fé, pela criatividade, pelas convicções, pela crítica, pela atenção aos problemas do Outro na contemporaneidade, impressionou-me alguém que, pela doutrinapositor à da nação dominante, a partir de uma situação amiúde bem inóspita, lo-

grou tão arrojada, tão autêntica simbiose entre o cumprimento das suas obrigações pastorais - razão original do seu prestígio local e depois internacional - com o pleno exercício da cidadania operado em moldes de Evangelho, de paz, a favor do sonho de Timor Lorosae, de resto, uma nação deveras multifacetada.

Tanto quanto possível, mas com perseverança, foi apoiado em Portugal por crentes e não crentes, pelos governos que compreenderam a causa de Timor, a qual outros sim beneficiou da persistência, da diplomacia competente do Doutor José Ramos Horta e obteve a reflectida compreensão do que ele fazia e pesava por parte do comandante Alexandre Gusmão, um bravo.

Sob o olhar ardente dos timorenses, em todo o tempo, conseguiu haver-se na difícil agenda compartilhada, ora com a Indonésia, ora com enviados de nações ávidas, ora com o aparelho técnico das Nações Unidas e seus mandatários, uns e outros algo maquiavélicos, sob capas humanitárias.

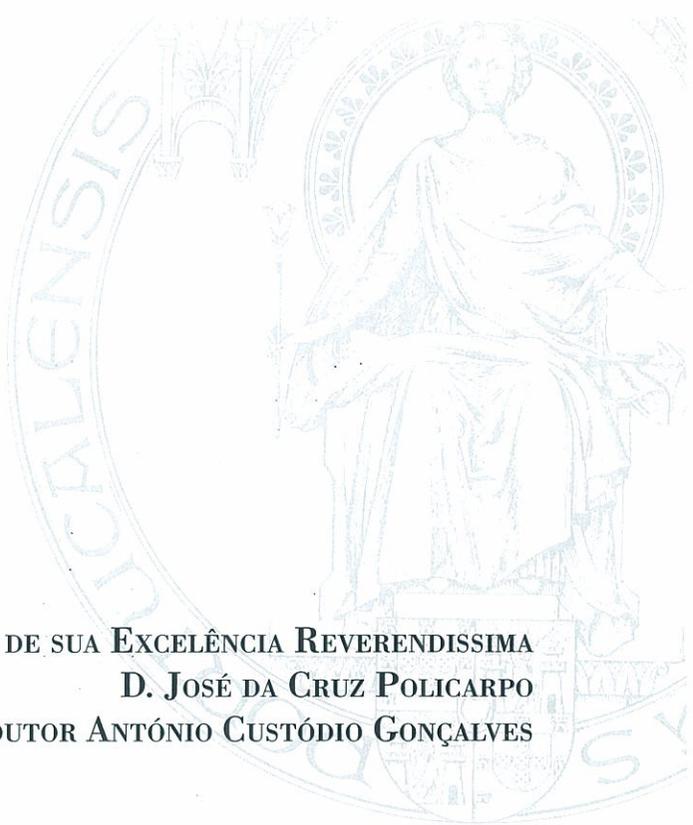
A este bispo, em Portugal Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, cumulado de prémios e doutoramentos, do Nobel aos actos académicos de Yale, do Rio de Janeiro e quejandos, significo a honra de o ver sentado, e eminentemente apadrinhado, no claustro dos doutores da nossa Faculdade, uma escola que também ela soube conquistar a sua liberdade plena depois de anos de exclusão, uma escola que em D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto e da liberdade, encontrou um amigo a ponto de, jubilado, aqui apadrinhar o doutoramento de Jean Delumeau, professor do Colégio de França, especialista lúcido e sem omissões do Catolicismo e da sua história, uma escola que entre os seus membros honoris causa conta o Presidente Mário Soares, combatente e símbolo do Portugal democrático, a par de raros e ilustres académicos.

Doravante o Senhor Doutor Carlos Ximenes Belo deve ser a nossa benção. Na verdade, se se alçou como mestre da Igreja,

chegou à excelência na complexa missão de harmonizar o seu incisivo magistério com a defesa da cidadania em terra ultrajada, de molde a merecer as honras do mundo e agora a homenagem singela de professores, estudantes e funcionários desta Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, instituição apostada na transmissão do saber, em comunhão com a sociedade a que pertence. Com V, Ex.^a. Rev.^a., assim ela cumpra, aberta e esclarecida, os mais altos desígnios que lhe incumbem.

Luís A. de Oliveira Ramos*

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto



**ELOGIO DE SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA
D. JOSÉ DA CRUZ POLICARPO
PELO PROF. DOUTOR ANTÓNIO CUSTÓDIO GONÇALVES**

Magnífico Reitor da Universidade do Porto,
Exm.as Autoridades Académicas, Cíveis, Militares e Religiosas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Por deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cabe-me a honra e, simultaneamente, a responsabilidade de proferir, neste acto solene, a “*Laudatio*” protocolar a Sua Excelência Reverendíssima, Dom José da Cruz Policarpo, “Padrinho” do Prémio Nobel da Paz, Dom Carlos Ximenes Belo, Bispo de Dili.

O Senhor Dom José da Cruz Policarpo não carece de elogios, tal é a relevância da sua presença na sociedade portuguesa contemporânea, nomeadamente como:

- Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa e seu Reitor, durante dois quadriénios, de 1988 a 1996;
- Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, desde Março de 1998;
- Presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa;
- Membro do Conselho Pontifício para a Cultura, desde Outubro de 1998;

- 16º Patriarca de Lisboa, desde Março de 1998;
- Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e do seu Conselho Permanente, desde Abril de 1999.

Na singeleza destas breves palavras protocolares, seja-me permitido salientar, no entanto, três vertentes interaccionais que me parecem convocar os objectivos relevantes quanto à importância desta cerimónia da Academia Portuguesa em relação à nação Timorense e a três dos seus mais lidimos representantes:

- O curriculum científico e académico do Senhor Patriarca;
- as suas práticas e culturas pastorais;
- a acção do Patriarcado de Lisboa e da Igreja Portuguesa em prol da Igreja Timorense.

1. Curriculum científico e académico

Do percurso científico e académico que o Senhor Dom José Policarpo desenvolveu ao longo de uma brilhante carreira, a todos os títulos notável, ressalta uma preocupação constante: a análise profunda do diálogo entre uma Igreja aberta, tolerante e multicultural e a construção da democracia, da cidadania e do desenvolvimento, conjugada com uma interpretação adequada das relações dinâmicas entre fé e cultura.

O seu livro *Sinais dos Tempos*, editado em 1971, constituiu uma obra inovadora e ousada, moldada na matriz dos fundamentos doutrinários do Concílio Vaticano II, expressa sobretudo na Constituição pastoral “*Gaudium et Spes*” sobre a Igreja

no Mundo e na Encíclica “*Pacem in terris*”, do Papa João XXIII sobre os direitos humanos, a justiça social e a paz entre os povos. O livro *Sinais dos Tempos* representou um marco referencial no estudo das relações Igreja/Mundo, com duas intuições: a primeira, a de que interpretar os sinais dos tempos é ter uma visão profética sobre o momento presente; a segunda, é a de que esta interpretação dos sinais dos tempos se realiza em comunidade.

Sobre esta obra modelar, dissertação do seu Doutorado, citarei as palavras dos distintos Professores e Mestres da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Renatus Latourelle e Félix Pastor: “este trabalho é de rara qualidade, tanto na parte positiva como na parte sistemática (...), manifesta uma sólida cultura teológica, maturidade nas reflexões e uma inteligência não menos sintética que analítica (...); a sua importância e raridade estão patentes”.

É autor de outras publicações fundamentais, nas áreas da Teologia, da Pastoral e da Sociologia, relevantes para o conhecimento da dinâmica das relações entre a Igreja e o Mundo e para o questionamento de cânones habitualmente inquestionados. De destacar a sua concepção dinâmica da Igreja, atenta à história dos homens e aos sinais dos tempos, através da indispensável diversidade de opiniões, atitudes e comportamentos e do necessário respeito das alteridades plurais. Dentre as várias e multifacetadas obras, julgo ser de relevar os livros *Palavra e Vida* (2000), *Igreja e Democracia* (1999), *Uma ordem ética para a paz* (1989), bem como os artigos: *A Teologia e a Filosofia perante os desafios da cultura contemporânea* (1990), *A questão ética e o futuro da sociedade* (1987), *A Igreja e o Mundo: conflito ou convergência* (1985), *As Universidades da Igreja e a sua especial responsabilidade frente à verdade* (1986).

Em todos estes trabalhos, Dom José Policarpo contraria uma visão essencialista da Igreja, associada à lógica dos siste-

mas institucionais, numa perspectiva de integração e/ou adaptação. Assim, e a propósito do recente documento do Vaticano *Dominus Iesus*, é significativo o discurso proferido no encerramento do *Encontro Internacional Homens e Religiões*, realizado em Lisboa, em 26 de Setembro último: “só a construção da paz nos impedirá de cair em intransigências fundamentalistas, em que a defesa das nossas ‘verdades’ se transforma em focos de desunião”. Privilegia uma visão construcionista da lógica dos actores sociais, ligada à inovação e à produção de sentido, com os objectivos de cooperação e de participação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada está implicado e que gera solidariedades.

Por isso, faz um apelo constante aos novos desafios às solidariedades sociais. Numa época em que predominam as características de sociedades globalizadas com o triunfo do individualismo, nas suas formas mais diversas e contraditórias, agudizam-se, cada vez mais, as rupturas individuais, sociais e culturais. Neste contexto de globalização generalizada e falaciosa e de individualismo feroz e arrogante, Dom José Policarpo analisa a diversidade, a alteridade, o reconhecimento dos outros, fomentando o diálogo entre a Igreja e o Mundo, convocando e promovendo movimentos pelos direitos humanos, pela paz e pelas políticas sustentadas do desenvolvimento que minimizem as políticas do desenvolvimento assimétrico, muitas vezes subvertidas pela subjugação das identidades culturais e dos direitos humanos às leis do mercado.

Destaca, ainda, um dos papéis fundamentais comum a todas as universidades, que é não só o de produzir um saber e um saber-fazer, mas também o de contribuir para um saber-viver juntos. Este saber-viver a identidade e a alteridade induz novas configurações das solidariedades, na luta enérgica contra a exclusão social, a pobreza e a xenofobia e nos processos de cons-

trução da democracia, da cidadania e do desenvolvimento. Acentua o carácter específico das universidades católicas que têm um papel importante a desempenhar na Igreja e na Sociedade, através da sua função sistemática e crítica, que “passa antes, de mais, pelo espaço concedido à investigação científica pura, vista como a exploração sistemática dos liames entre os diversos elementos do saber e como enunciação de novas hipóteses não conformes com doutrinas consideradas intocáveis: investigação científica, cuja aplicabilidade técnica não é imediatamente evidente; investigação científica que não se traduz imediatamente em rendimento económico; tipos de investigação que entram em contraste com os modelos e as teorias científicas consideradas adquiridas.”

2. Práticas e culturas pastorais

Para além de Mestre Universitário, tem sido, como Patriarca de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, um notável apóstolo das práticas e culturas pastorais, resultantes do saber historicamente acumulado no seu brilhante curriculum científico e consolidado pela arte de bem governar.

As práticas e as culturas pastorais do Senhor Dom José Policarpo têm-se pautado por altas qualidades de humanismo e de fé, pela tolerância e reconhecimento do ser humano como sujeito da sua realização na história, dimensão fundamental da Antropologia Teológica, que cientificamente desenvolveu com brilhantismo, e que resulta da sua grande liberdade intelectual, praticada e estimulada dentro da Igreja institucional.

Defensor intrépido e corajoso dos direitos humanos, soube avocar com excelência e em situações existenciais o lema clássico da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*: “Nada do que interessa à humanidade lhe é estranho”.

A cultura política, desenvolvida por Vossa Excelência Reverendíssima, tem sido constituída pela liberdade, participa-

ção e desenvolvimento, “o novo nome da paz”. Esta cultura política está associada à esperança, alentada pelo esforço eficaz para compreender as outras culturas; é esta esperança que, na expressão do Senhor Dom José Policarpo, dá sentido à vida e à história.

De convicções profundas e pastor comprometido, neste seu diálogo com o mundo e no mundo, tem-se revelado um mestre de humanidade.

No artigo modelar que publicou sobre “A questão ética e o futuro da sociedade humana”, na Revista *Comunnio*, nº3, 1987, refere a importância de “perscrutar o palpitar da consciência colectiva no que toca a certos valores fundamentais, tais como a paz, a justiça, a dignidade da pessoa humana e dos seus direitos fundamentais”.

Aponta como mais um sinal dos tempos para a paz, a consciência cada vez mais clara daqueles elementos que na humanidade de hoje são factores e causa de violência e de injustiça. É esta identificação das causas profundas da violência e da injustiça que, segundo a sua abalizada opinião, começa a transformar-se em consciência colectiva.

3. Acção do Patriarcado de Lisboa e da Igreja Portuguesa em prol da Igreja Timorense

A homenagem que a Universidade do Porto e a sua Faculdade de Letras presta a Vossa Excelência Reverendíssima é também o reconhecimento do trabalho da Igreja Portuguesa em prol da Igreja de Timor Lorosae, nas dioceses de Dili e de Baucau.

A visibilidade da Igreja Portuguesa está associada aos “gestos sociais jubilares” do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa, sobretudo nas áreas prioritárias da saúde e da educação. Para além das várias campanhas de sensibilização dos portugueses para projectos relacionados com

Timor Lorosae, realizadas em cada diocese, salientarei o empenhamento assumido pelo Senhor Patriarca em favor da solidariedade e da promoção dos direitos humanos, nomeadamente através das seguintes acções:

1ª A criação de uma Maternidade-Escola para Timor Lorosae, com os objectivos de assistência à mulher grávida e ao ensino fundamental “in loco” da medicina e da enfermagem na área da ginecologia e obstetria. Esta iniciativa conta com o apoio, entre outras instituições, dos Ministérios da Saúde e da Educação, do Matercare Internacional, do Canadá, e da Federação Internacional das Associações de Médicos Católicos.

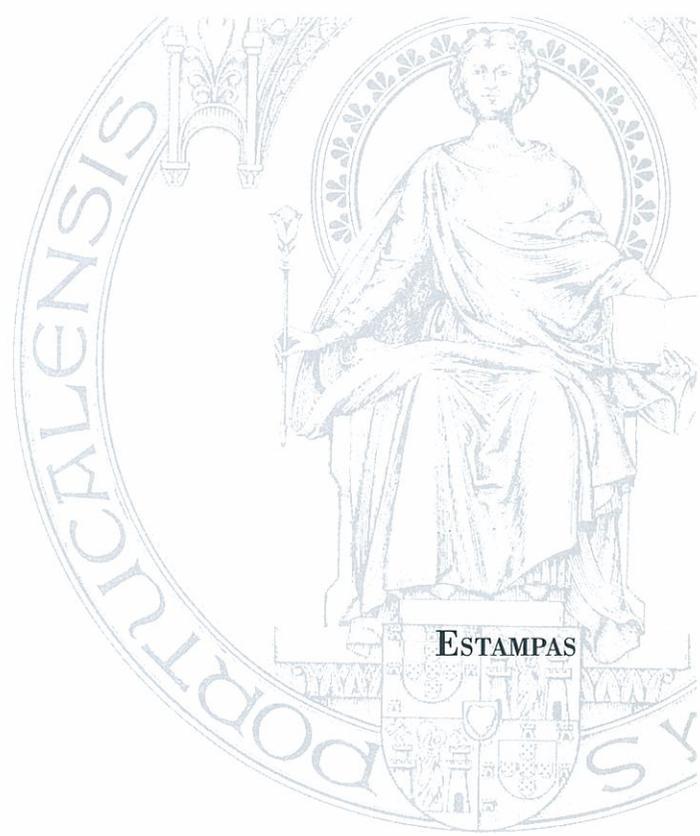
2ª A Carta do Senhor Dom José Policarpo, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, aos Presidentes de várias Conferências Episcopais da Europa, África, Austrália e dos Estados Unidos da América do Norte. Desta Magna Carta, datada de 7 de Setembro de 1999, citarei as seguintes passagens: “Timor é das mais antigas Nações Católicas da Ásia e a Igreja tem corajosamente defendido o seu Povo (...). É também a liberdade religiosa que está em questão, o que exige a acção da Igreja, sempre justificada pela defesa dos direitos da pessoa humana.”

3ª A Nota do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, presidido pelo Senhor Patriarca, datada de 14 de Setembro do mesmo ano, em que se destaca, uma vez mais, o drama do Povo de Timor e se apela para a nossa “construção de uma sociedade democrática, tarefa nunca acabada, obra de cultura, de escolha de prioridades essenciais, de renúncia a visões e interesses particularistas, de corajosa opção pelo homem, pela justiça e pela paz.”

4ª *As Homílias*, que testemunham a visão do Senhor Patriarca em relação aos problemas e dramas humanos de Timor. É paradigmática a Homília da Vigília de Oração pelo Povo de Timor, proferida em Lisboa, igualmente em 7 de Setembro do ano passado, na qual faz um veemente apelo ao “Conselho de Segurança da Nações Unidas e às Potências nele representadas, e a todos os outros Países que vivem num Estado de Direito, para agirem determinada e rapidamente em defesa da justiça e do direito internacional. É a voz dos pobres oprimidos que clama justiça, e o sacrifício julgar-nos-á a todos.”

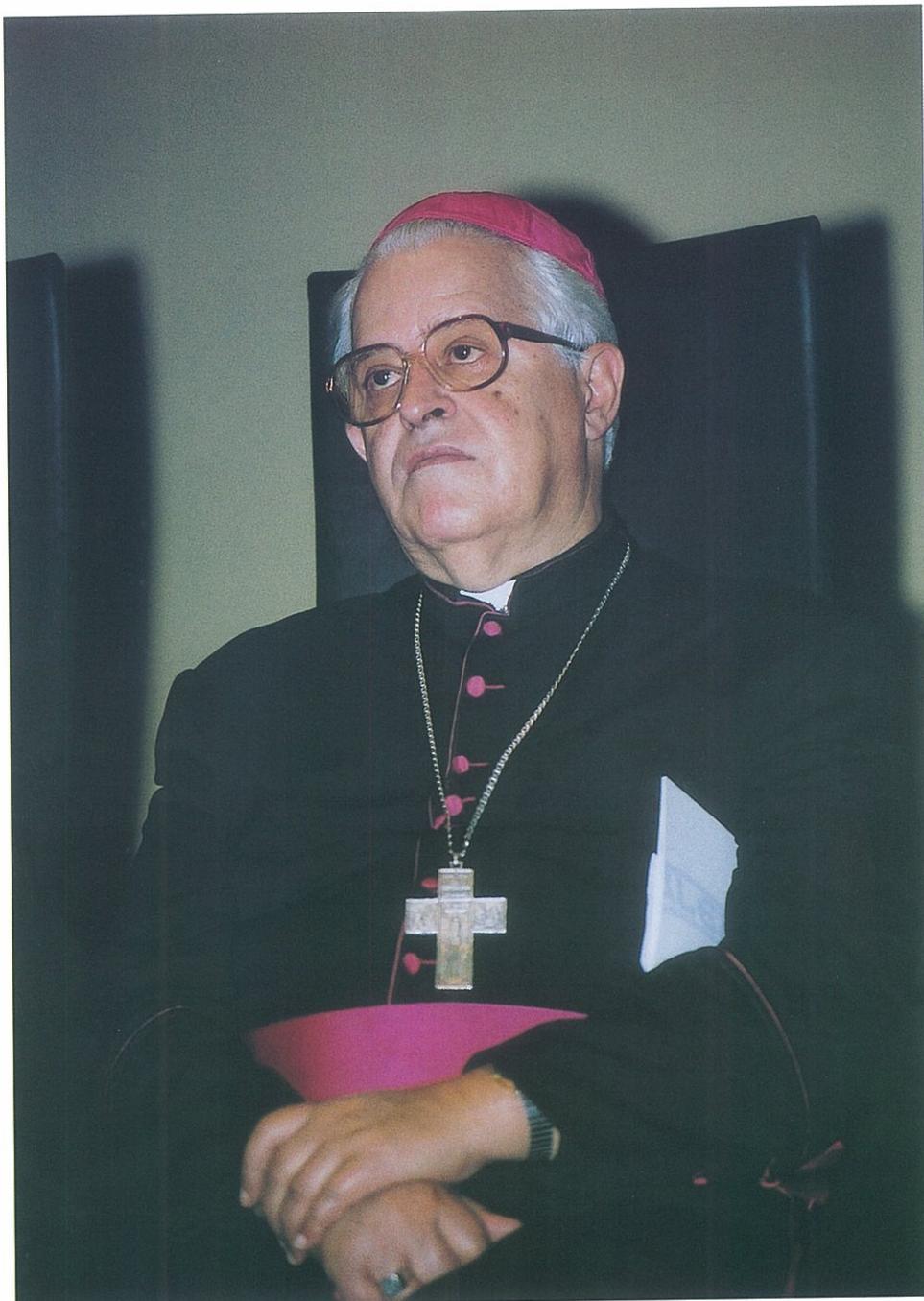
E, para terminar, não encontrei palavras mais oportunas e significativas, neste dia de festa da Academia Portuguesa, do que aquelas que o Senhor Dom José Policarpo escreveu no já citado artigo “A questão ética e o futuro da sociedade humana”: “Há problemas de justiça, de respeito pelas identidades das culturas e dos Povos. Da parte dos países desenvolvidos, o problema não pode ser posto apenas na perspectiva de generosidade. O próprio desenvolvimento, se ele não é apenas económico e de bem-estar consumista, mas também cultural e espiritual, cria uma responsabilidade nova perante o mundo. Ajudar os outros Povos a vencerem problemas elementares de sobrevivência e a encontrarem os caminhos do seu próprio desenvolvimento, faz parte da essência de um progresso digno do homem. Se no Ocidente o homem se desenvolveu verdadeiramente e não se limitou a enriquecer e a acumular bem-estar material, essa nova maturidade humana torna-o mais responsável em relação ao destino da humanidade.”

António Custódio Gonçalves

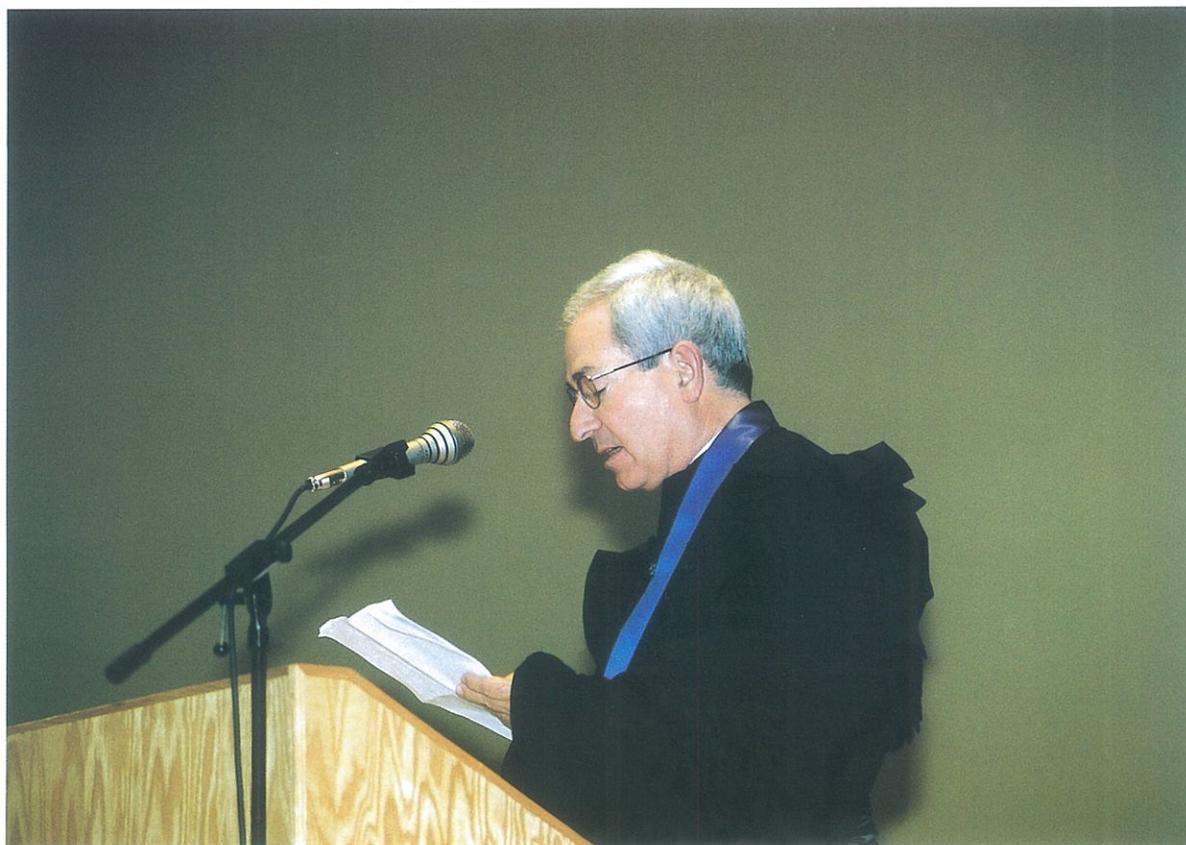




O Professor Doutor Luís A. de Oliveira Ramos proferindo o elogio do doutorando



Sua Excelência Reverendíssima D. José da Cruz Policarpo padrinho do doutorando



O Professor Doutor António Custódio Gonçalves proferindo o elogio do padrinho



O doutorando, acompanhado do padrinho e do secretário, solicitando o grau de Doutor *Honoris Causa* ao Magnífico Reitor



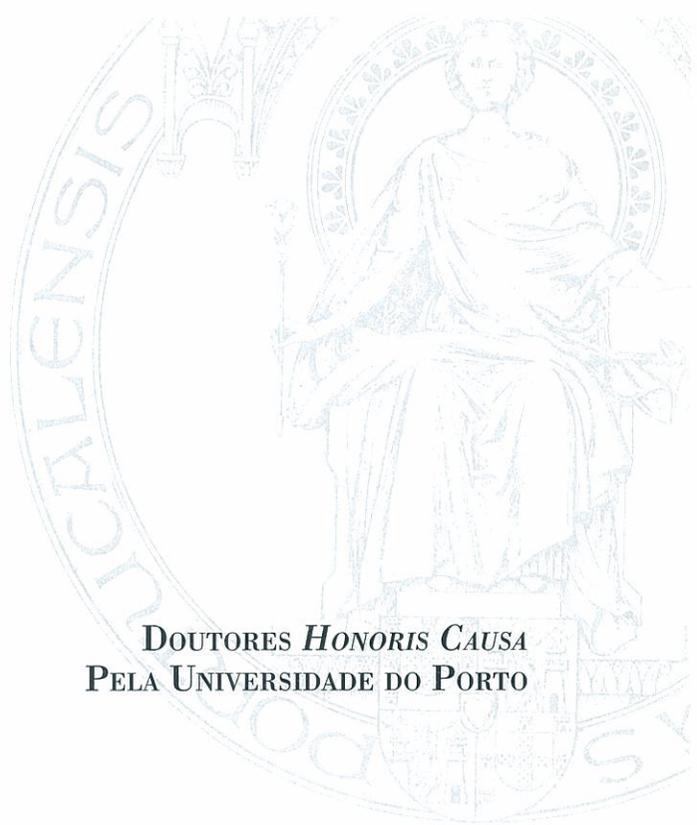
Imposição das insígnias ao doutorando pelo Presidente do Conselho Directivo Professor Doutor Rui Centeno



O novo Doutor *Honoris Causa*

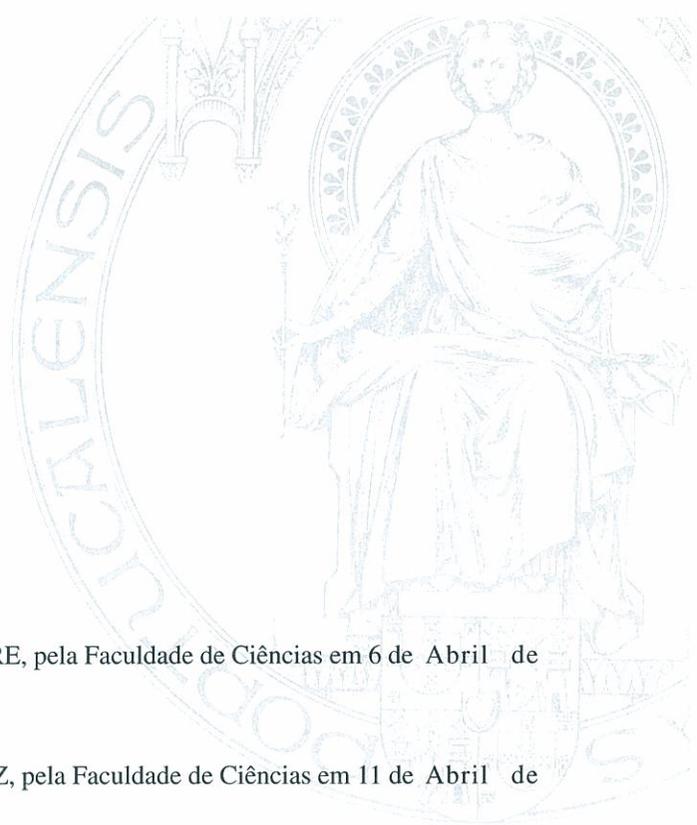


O novo Doutor *Honoris Causa* proferindo o discurso de agradecimento



**DOUTORES *HONORIS CAUSA*
PELA UNIVERSIDADE DO PORTO**





MARECHAL JOSEPH JOFFRE, pela Faculdade de Ciências em 6 de Abril de 1921.

GENERAL ARMANDO DIAZ, pela Faculdade de Ciências em 11 de Abril de 1921.

GENERAL HONORIS SMITH DORRIEN, pela Faculdade de Ciências em 11 de Abril de 1921.

ALMIRANTE CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO, pela Faculdade Técnica (actual Faculdade de Engenharia) em 24 de Outubro de 1922.

CAPITÃO DE MAR E GUERRA ARTUR DE SACADURA CABRAL, pela Faculdade Técnica (actual Faculdade de Engenharia) em 24 de Outubro de 1922.

PROF. PAUL SABATIER, pela Faculdade de Ciências em 21 de Junho de 1923.

PROF. RENÉ LERICHE, pela Faculdade de Medicina em 18 de Fevereiro de 1932.

PROF. CHARLES MAURAIN, pela Faculdade de Ciências 31 de Outubro de 1932.

PROF. CONDE HENRI BECOUEN, pela Faculdade de Ciências em 31 de Outubro de 1932

ENG.º OCTÁVIO MANGABEIRA, pela Faculdade de Engenharia em 8 de Maio de 1934.

PROF. JOSÉ CASARES CIL, pela Faculdade de Farmácia em 11 de Maio de 1942.

P. ALPHONSE LUISIER, pela Faculdade de Ciências em 16 de Janeiro de 1942.

PROF. GREGORIO MARAÑON, pela Faculdade de Medicina em 13 de Novembro de 1946.

PROF. CARLOS JIMENEZ DÍAS, pela Faculdade de Medicina em 12 de Março de 1955.

ENG.º MANUEL COELHO MENDES DA ROCHA, pela Faculdade de Engenharia em 30 de Março de 1970.

DOUTOR ANTÓNIO AUGUSTO DE SOUSA AMORIM, pela Faculdade de Economia em 14 de Outubro de 1975.

PROF. MAURITIUS MERCANDIER, pela Faculdade de Medicina em 21 de Novembro de 1979.

PROF. ULRICH GEORG TRENDLENBURG, pela Faculdade de Medicina em 21 de Outubro de 1982.

PROF. JEAN DELUMEAU, pela Faculdade de Letras em 6 de Janeiro de 1984.

DR. JOSÉ HENRIQUE DE AZEREDO PERDIGÃO, pela Universidade do Porto em 4 de Abril de 1987.

PROF. BREBIS BLEANEY, pela Faculdade de Ciências em 4 de Abril de 1987.

PROF. HENRY SKINNER, pela Faculdade de Ciências em 4 de Abril de 1987.

DR. VICTOR ANTÓNIO AUGUSTO NUNES DE SÁ MACHADO, pela Faculdade de Medicina em 15 de Julho de 1987.

PROF. BORIS ALPERN, pela Faculdade de Ciências em 28 de Outubro de 1987.

ARQUIT.º MANUEL CÂNDIDO PINTO DE OLIVEIRA, pela Faculdade de Arquitectura em 26 de Junho de 1989.

DR. ANTÓNIO BARROS MACHADO, pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar em 11 de Julho de 1990.

DR. MÁRIO ALBERTO NOBRE LOPES SOARES, pela Faculdade de Letras em 19 de Julho de 1990.

PROF. JEAN HAMBURGER, pela Faculdade de Medicina em 21 de Dezembro de 1990.

PROF. JÚLIO FERRY BORGES, pela Faculdade de Engenharia em 21 de Maio de 1991.

PROF. EUGÈNE BRAUNWALD, pela Faculdade de Medicina em 8 de Maio de 1993.

PROF. NEAL BRICKER, pela Faculdade de Medicina em 7 de Junho de 1993.

THOMAS STARZI, pela Faculdade de Medicina em 23 de Janeiro de 1995.

PROF. HENRI BISMUTH, pela Faculdade de Medicina em 23 de Janeiro de 1995.

PROF. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, pela Faculdade de Economia em 22 de Julho de 1995.

PROF. JAMES MCGILL BUCHANAN, pela Faculdade de Economia em 4 de Dezembro de 1995.

PROF.^a MARIA DE LOURDES BELCHIOR PONTES, pela Faculdade de Letras em 5 de Dezembro de 1996.

PROF. ARTHUR EDWARD BERGLES, pela Faculdade de Engenharia em 19 de Outubro de 1998.

PROF. DAVID ROGER JONES OWEN, pela Faculdade de Engenharia em 19 de Outubro de 1998.

PROF. JACQUES DELORS, pela Faculdade de Economia em 10 de Março de 1999.

PROF.^a MARIE-LOUISE BASTIN, pela Faculdade de Letras em 28 de Junho de 1999.

PROF.^a JACQUELINE HAMESSE, pela Faculdade de Letras em 9 de Julho de 1999.

PROF. LEONARD E. BOYLE, pela Faculdade de Letras em 9 de Julho de 1999.

XANANA GUSMÃO, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

D. XIMENES BELO, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

DR. JOSÉ RAMOS-HORTA, pela Faculdade de Letras em 31 de Outubro de 2000.

